

CORREIO NACIONAL

Bruno Netto/ Câmara Municipal de Guarulhos



Sessão Ordinária na Câmara de Guarulhos

Guarulhos vota projetos sobre trabalhadores e mães atípicas

A Câmara de Guarulhos votou projetos das áreas sociais, ambientais e econômicas. Entre os destaques esteve a proposta que cria a Frente Parlamentar Popular de Apoio às Mães Atípicas, prevendo a criação de um espaço de apoio e discussão sobre políticas públicas voltadas a esse público. Foram analisadas propostas sobre a criação do Dia Municipal de Luta contra o Câncer de Mama e do Dia de São José. Outro tema tratado foi o de incentivos fiscais e prioridade em programas habitacionais, incluindo isenção do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI). A sessão ainda contou com a análise de um projeto que dá acesso de trabalhadores a céu aberto a banheiros de órgãos públicos e estabelecimentos comerciais

Itens no Grande Expediente

Além disso, no Grande Expediente foram relacionados 232 itens, incluindo 41 projetos para análise dos vereadores. Entre os destaques estavam propostas da Prefeitura sobre as Diretrizes Orçamentárias do município, mudanças no serviço de estacionamento rotativo e alterações na composição do Conselho Municipal de Turismo. Os parlamentares também discutiram a criação da Área de Proteção Ambiental Capelinha Água Azul.

Divulgação/Prefeitura de Mogi das Cruzes



Em Mogi, médico é referência mundial com protocolos

Mogi adota protocolos mundiais

Marcelo Zugaib, médico ginecologista e obstetra, ofereceu para Mogi das Cruzes os seus protocolos assistenciais, por meio do alinhamento técnico com a gestão médica do Instituto Social Hospital Alemão Oswaldo Cruz (Ishaoc), organização que está gerenciando a Maternidade e Hospital da Mulher e da Criança, para possíveis adaptações. Zugaib também se colocou à disposição para acompanhar a implantação e o funcionamento desses protocolos na unidade. Conhecido como professor Zugaib, ele possui títulos de mestre e doutor.

Correção monetária de Barueri

Os vereadores de Barueri aprovaram um projeto que altera a forma de correção monetária aplicada a tributos, multas e demais débitos municipais. A proposta do prefeito Beto Piteri estabelece a taxa Selic como índice oficial de atualização no município. O texto também altera regras da Unidade Fiscal do Município de Barueri (UFIB), que passa a acompanhar a Selic.

Osasco I

A Câmara de Osasco iniciou discussão e votação de um Projeto do Executivo, que busca modernizar a estrutura e o funcionamento das feiras livres da cidade. A proposta impacta positivamente os consumidores e feirantes e foi aprovada em primeiro turno, sendo submetida a uma nova votação para começar a valer.

Osasco II

O projeto atualiza a legislação que regulamenta as feiras da cidade, permitindo adequação a novos padrões de higiene, segurança e infraestrutura. Além disso, a proposta protege os feirantes, permitindo taxas justas. A medida também autoriza a existência de espaços para consumo dos produtos vendidos.

Santo André I

A região do bairro Cata Preta recebeu intervenções de drenagem e mobilidade. As obras buscam solucionar problemas relacionados ao acúmulo de água de chuva e ao trânsito. 250 metros de galerias de águas pluviais foram implantadas e conectadas ao córrego Guarará, junto de novos dispositivos de captação.

Santo André II

Algumas vias receberam nova pavimentação, instalação de novas lombadas, requalificação de guias, sarjetas e passeios. Além disso, semáforos no cruzamento da Estrada Cata Preta com a Rua Ardile Bachi e na Estrada Cata Preta com Estrada do Pedroso foram instalados. Assim, a população que trafega pela região, ganha segurança

São Caetano

São Caetano recebeu a visita de um auditor do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) para supervisionar contratos de locação de veículos especiais e adaptados. O auditor solicitou documentos e, após isso, foi fazer a visita de fiscalização sobre os veículos usados na GCM e em diversas secretarias

São Bernardo

São Bernardo iniciará obras de pavimentação em 27 vias da região do Pós-Balsa. As intervenções contemplam os bairros Santa Cruz, Taquacetuba e Tatetos, com investimento de R\$ 44 milhões por meio do programa Minha Rua Nova. A medida busca ampliar a infraestrutura e melhorar a mobilidade na região.



Douglas Ruas e Rodrigo Amorim reforçam ação do colegiado

Alerj segue diretriz do MP no ICMS da Educação

Nova regra garante repasses do Fundeb aos municípios do Rio

Da Redação

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) confirmou, nesta quarta-feira (13), que seguirá as recomendações do Ministério Público Estadual (MP-RJ) no texto final que regulamenta o chamado ICMS da Educação. A decisão busca dar segurança jurídica e técnica ao Projeto de Lei 6.659/2025, de autoria do Poder Executivo, que define os critérios educacionais para a repartição de recursos entre os municípios fluminenses.

Prejuízos financeiros e urgência

O alerta para a imprensa na aprovação veio do Grupo de Atuação Especializada em Educação do MP-RJ. Em 2026, 30 municípios do Rio de Janeiro perderam a complementação financeira da União (VAAR), gerando um prejuízo de R\$ 135 milhões para essas cidades. A promotora Agnes Muesliner explicou que o prazo para assegurar o repasse de 2027 termina em 31 de agosto, tornando a aprovação da lei estadual uma medida urgente para evitar novos cortes.

Estrutura do Ipaerj e recomendações

O projeto institui o Índice de Progressão da Aprendizagem com Equidade do Estado do Rio

de Janeiro (Ipaerj), baseado em indicadores de aprovação escolar, avanço da aprendizagem e fatores de desempenho. A nota técnica do MP-RJ sugeriu quatro ajustes fundamentais:

- Educação infantil: Resgatar a centralidade desta etapa, que é de competência municipal.

- Alfabetização: Incluir um indicador específico para garantir que o processo seja concluído ao final do segundo ano do ensino fundamental.

- Fim da aprovação automática: Impedir que aprovações sem critérios técnicos ou promoções indiscriminadas sejam computadas nos cálculos dos índices.

- Celeridade: Evitar mudanças estruturais no texto que possam atrasar a sanção da lei para além do prazo limite de agosto.

Compromisso parlamentar

O presidente da Alerj, deputado Douglas Ruas (PL), comprometeu-se a levar a matéria ao plenário na próxima semana. O relator na CCJ, deputado Rodrigo Amorim (PL), destacou que as 73 emendas apresentadas passaram pelo crivo da Secretaria de Estado de Educação para garantir viabilidade metodológica. Com o apoio técnico do MP-RJ, o projeto ganha a consistência necessária para destravar os recursos do Fundeb e incentivar a melhora da qualidade do ensino público em todo o estado.